

São Paulo, 20 de outubro de 2003
Deinfra 001817

Ilmo. Sr.
Sebastião do Rego Barros
Diretor Geral da Agência Nacional do Petróleo

Ref.: Minutas de Portarias de regulamentação para o Livre Acesso, a Cessão de Capacidade e os Critérios Tarifários aplicáveis ao transporte dutoviário de gás natural.

Prezado Senhor,

Estamos encaminhando as considerações e as sugestões da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo às minutas de Portarias de regulamentação para o Livre Acesso, a Cessão de Capacidade e os Critérios Tarifários aplicáveis ao transporte dutoviário de gás natural, objeto de Consulta Pública.

1. INTRODUÇÃO

Diversos setores de Infra-estrutura, tais como o setor elétrico, de gás natural, transportes e telecomunicações são capital intensivos e exigem escala para se viabilizarem. Tendem a se constituir em monopólios naturais na região em que são implementados e requerem, portanto, regulação por parte do Estado. A concorrência ocorre normalmente por alternativas de utilização e, no caso do Gás Natural, ela deveria ocorrer por meio de outros produtores e pelos combustíveis líquidos, principalmente.

Não é, infelizmente, o caso. Há a presença dominante de uma única empresa que é a Petrobras atuando majoritariamente na produção, no transporte em gasodutos e na distribuição final. Ela igualmente atua de forma preponderante na produção, refino, transporte e distribuição dos derivados de Petróleo que seriam as alternativas imediatas ao gás natural.

Diante de uma posição dominadora e considerando ainda tratar-se de uma empresa extremamente competente é inevitável que seus dirigentes corretamente defendam interesses corporativos. Cabe claramente ao Estado regular e limitar o poder que permita a um agente transformar sua atividade em monopólio, ao restringir o acesso de terceiros e impor ao mercado as condições para fornecimento. Eventuais porque nenhuma empresa irá investir dentro destas condições a menos que seja como



parceira da detentora do poder de decisão e, neste caso, o resultado para o consumidor é o mesmo. Ele terá que pagar a conta de um produto que poderia ser bem mais competitivo.

A Lei 9.478/97 viabilizou a criação de condições para concorrência e abertura ao investimento privado nos diferentes elos da cadeia de oferta de gás natural. Entre as diferentes medidas, básica no setor de transporte foi o acesso livre, regulamentado pela Portaria 169/98. Após sua revogação em 4/2001 agora surgem as três novas propostas de Portarias que introduzem períodos de moratória ao livre acesso. Caso aprovadas, constituem-se em volta clara à situação de monopólio do passado e renúncia do País em promover uma sadia competição neste setor. A distribuição ficaria à mercê dos proprietários das redes de transporte e o consumidor teria que renunciar a qualquer esperança de obter os preços competitivos que necessita para enfrentar, com seus produtos, o mercado globalizado em que atua. A Petrobras na prática é responsável por cerca de 90% das importações de gás natural e por praticamente 100% do de origem nacional, além de ser proprietária da maior parte das instalações de transporte. Aliás, diante das reservas significativas que acumula e do ambicioso programa de construção de redes por ela anunciado, esta situação somente irá agravar-se. A situação de provedor único é consequência de seus investimentos que, obviamente, precisam ter condição de retorno, mas não é aceitável que se elimine a concorrência que é a única forma de manter a eficácia elevada e os preços competitivos. Os preços devem ser baseados em custos otimizados e não serem preços maximizados em função de oportunidades propiciadas pelo mercado.

Esta situação é totalmente inaceitável para a indústria que encara com ansiedade este retrocesso regulatório inexplicável e a nova guinada em regras que deveriam ter validade para longo prazo para que haja conforto em realizar-se investimentos com características de longo período de retorno.

Para contornar o problema e criar uma situação que possa ser aceitável por todas as partes, propomos um ajuste de modelo conforme abaixo.

2. PROPOSTA

- O Livre Acesso fica mantido sem períodos de moratória, porém com limitações.
- O empreendedor teria no máximo, durante o período de amortização do projeto, um volume assegurado de até 50% da capacidade de transporte. O restante continuaria com acesso não discriminado e livre, limitando-se a participação individual de cada interessado a um valor adequado para assegurar o acesso de vários proponentes, tudo regulado e administrado pela ANP.

- A justa remuneração pelo uso dos dutos de transporte seria assegurada para garantir o retorno dos investimentos do empreendedor.
- O período de amortização do empreendimento não deve ser inferior a 20 anos para que não resulte demasiadamente onerado a parcela de custo do capital.

Reiteramos nossa disposição de debatermos mais detalhadamente este relevante tema, colocando-nos à disposição desta Agência para quaisquer reuniões adicionais.

Atenciosamente.



Pio Gavazzi
Diretor Titular
Departamento de Infra-Estrutura